



PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
Os Núcleos de Justiça 4.0 e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Cláudio Dell’orto Mandato do Diretor: 03/02/2025 a 03/02/2027		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	Até 25 de fevereiro de 2026		
DATA E HORÁRIO	Dias: 27 de fevereiro e 02 de março de 2026 Horário: das 9h às 16h		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de Formação Continuada	CARGA HORÁRIA	12 horas
MODALIDADE	PRESENCIAL	Nº DE VAGAS	50
LOCAL	EMERJ e Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/)		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Os Núcleos de Justiça 4.0 e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O papel da Comaq. Segurança Jurídica. Uniformização de entendimentos. Fluxograma cartorário para os Núcleos de Justiça 4.0. Estudo individualizado dos Núcleos.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Processo Civil Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Tecnologia, IA e Redes Sociais; Democracia 4.0		

JUSTIFICATIVA	<p>Considerando o potencial da tecnologia como um meio facilitador do diálogo à distância para fins de resolução de contendas, o TJRJ vem trilhando um caminho para se tornar o mais moderno e digital tribunal do país. Dentre as diversas iniciativas adotadas, merecem especial menção o Juízo 100% Digital e os Núcleos de Justiça 4.0. Instituído por meio da Resolução CNJ 345/20, o Juízo 100% Digital representa uma alteração de paradigma sem precedente na história do Poder Judiciário pátrio, na medida em que, por essa nova ótica, a Justiça passa a ser vista como um serviço, com todos os atos processuais praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto, por intermédio da rede mundial de computadores, embora também seja possível a utilização de serviços presenciais prestados por outros órgãos do tribunal.</p> <p>A transformação digital atingiu seu estágio mais avançado com o advento da Resolução 385/2021 do CNJ, que autorizou a instituição de Núcleos de Justiça 4.0 especializados em razão de uma mesma matéria e com competência sobre toda a área territorial situada dentro dos limites da jurisdição do tribunal, podendo, ainda, abranger uma ou mais de suas regiões administrativas.</p> <p>O presente curso visa capacitar os/as juízes/as a atuar nos novos núcleos a serem criados pelo TJRJ e sua realização é requisito mandatório para que os candidatos possam se habilitar em procedimento de escolha para os Núcleos de Justiça 4.0, sendo que a indicação dos juízes é realizada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.</p>
OBJETIVO GERAL	<p>Ao final do curso os/as juízes estarão aptos a atuar no exercício de suas funções nos Núcleos 4.0 de Justiça pelo período determinado de dois anos.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>A (a) magistrado(a) será capaz de reconhecer a importância dos Núcleos 4.0 no contexto do TJRJ, validando a observância dos precedentes e a segurança jurídica. Será capaz de criar um fluxograma cartorário para os Núcleos de Justiça 4.0 e atuar no Núcleo 4.0 com competência em Direito Ambiental e de Prestadores de Serviços Públicos. Terá desenvolvido a competência para atuar nos Núcleos 4.0 com competência em Saúde Privada e em Instituições Bancárias. E será capaz de atuar nos Núcleos 4.0 com competência em Saúde Pública e no Juizado Especial de Fazenda Pública.</p>
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO	<p>Jacqueline Lima Montenegro Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Possui graduação em Direito pela Universidade Estácio de Sá, especialização em CONTRATOS pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestrado em Direito pela Universidade Estácio de Sá, professora do curso de pós-grad Direito Civil da Universidade Cândido Mendes, palestrante da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, professora da Escola Superior de Administração Judiciária do TJRJ.</p> <p>Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/1449988202158755</p>

DOCENTES	<p>Jacqueline Lima Montenegro Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Possui graduação em Direito pela Universidade Estácio de Sá, especialização em CONTRATOS pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestrado em Direito pela Universidade Estácio de Sá, professora do curso de pós-grad Direito Civil da Universidade Cândido Mendes, palestrante da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, professora da Escola Superior de Administração Judiciária do TJRJ. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/1449988202158755</p> <p>Adriana Laia Franco Juíza de Direito do TJRJ. Possui Pós-Graduação em Gênero e Direito pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (2022) Possui Mestrado Profissional em Direito, Justiça e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz (2018) Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é magistrada - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas. Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/0368967919568711</p> <p>Diego Ziemiecki Juiz de Direito no TJRJ. Graduou-se em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (2007). Pós-Graduado em Lato Sensu em Direito Público pela Universidade Anhanguera-Uniderp (2012). Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/4328572313790486</p> <p>Lucia Mothe Glioche Juíza de Direito da Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Possui mestrado em Direito pela Universidade Gama Filho. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/0402847311432458</p> <p>Daniel de Lima Haab Secretário Geral da Secretaria Geral de Tecnologia – SGTEC do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Possui Pós-Graduação na área de Tecnologia.</p> <p>Leonardo de Castro Gomes Juiz de Direito do TJRJ. Formado em Direito pelas Faculdades Integradas Cândido Mendes. É professor da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (ESAJ) e da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), onde ministra aulas nas áreas de Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito da Criança e do Adolescente e Direito do Idoso. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/1640197373653304</p>

	<p>Maria Izabel Gomes Sant’Anna de Araújo Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestrado Profissional em Justiça Administrativa na Universidade Federal Fluminense. Juíza Substituta do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na jurisdição em Varas Criminais e Cíveis, com ênfase em Direito Tributário e em Direito Administrativo. Trabalhou como Juíza Federal Substituta nas Varas Federais Criminais de Fortaleza/CE, de Volta Redonda/RJ e na Vara Federal Cível de Nova Iguaçu. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/1610065396179462</p> <p>Wladimir Hungria Juiz de Direito TJRJ. Graduação em Direito.</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>O curso é composto de 4 aulas. Em cada aula haverá um tempo destinado à exposição dialogada (máximo de 60% da carga horária da aula) intercalado com atividades práticas e reflexivas através da utilização de metodologias ativas, conforme descritas nas atividades de cada aula. O(A) magistrado(a) aluno(a) tem protagonismo em seu processo de aprendizagem, a partir de situações-problema concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de pensar, agir e ser.</p> <p>A metodologia do curso será centrada em um formato dinâmico e participativo, utilizando estratégias de ensino que promovem a aprendizagem ativa. As atividades são desenhadas com um propósito claro e seguem um encadeamento lógico, propiciando a construção progressiva do conhecimento:</p> <p>Aulas Expositivas: utilização de apresentações em PowerPoint para introduzir conceitos e princípios fundamentais, complementadas por discussões em grupo para promover a reflexão crítica.</p> <p>Debates e Discussões: Momentos para troca de experiências e opiniões entre os participantes, visando a construção coletiva do conhecimento.</p> <p>Estudo de Caso: Análise de casos reais para aplicar os conhecimentos adquiridos, desenvolver habilidades de resolução de problemas e promover a aprendizagem significativa.</p> <p>Síntese e Conclusões: Recapitulação dos conceitos-chave e reflexão sobre a aplicabilidade prática dos aprendizados.</p> <p>Esta metodologia visa não só transmitir conhecimentos, mas principalmente desenvolver competências, permitindo que os magistrados relacionem teoria e prática, reflitam sobre suas ações e experiências e apliquem de maneira efetiva o aprendizado em seu contexto profissional. Este processo educativo pretende proporcionar uma aprendizagem significativa, duradoura e aplicável, contribuindo para o aprimoramento contínuo dos profissionais e para a eficácia e eficiência do sistema judiciário.</p> <p>Indique os materiais que serão utilizados nas atividades propostas:</p> <p>(x) Quadro branco</p> <p>(x) Power point</p>

	<input type="checkbox"/> Áudio / Vídeo <input type="checkbox"/> Outro (descrever) Metodologias ativas: <input checked="" type="checkbox"/> Estudo de caso <input checked="" type="checkbox"/> Brainstorm
PROGRAMAÇÃO	
Dia: 27/02 Manhã Das 9h às 12h30m Carga horária: 3h30min	<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: O papel da COMAQ. O Juízo 100% Digital; estudo das Resoluções do CNJ pertinentes à Justiça 4.0; Os Núcleos 4.0 do TJRJ. Segurança Jurídica; Uniformização de entendimentos. Fluxograma cartorário para os Núcleos de Justiça 4.0. Direito Ambiental.</p> <p>Hora: das 9h às 10h. TEMA: Parte geral dos Núcleos de Justiça 4.0 Docente: Des. Jacqueline Montenegro</p> <p>Hora: das 10 às 11h TEMA: Fluxograma cartorário para os Núcleos de Justiça 4.0 Docente: Juíza Adriana Laia</p> <p>Hora: das 11 às 12:30h TEMA: Direito Ambiental Docentes: Juiz Diego Ziemiecki</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: Brainstorm – avaliação do conhecimento prévio no início de cada tema, seguido por aula expositiva-dialogada com a participação ativa dos alunos e a resolução de casos concretos referentes aos assuntos abordados no âmbito das decisões tomadas no fluxo dos núcleos de justiça 4.0.</p> <p>A avaliação será processual e contínua a partir da observação da participação do(a) aluno(a) nos momentos dialógicos das aulas e da atuação nas atividades práticas e reflexivas realizadas.</p>
Dia: 27/02	<p>Conteúdo programático: Prestadores de Serviço Público. Saúde Privada. Análise dos casos mais recorrentes; estudo de caso concreto; estudo da legislação especial pertinente.</p> <p>Hora: 13h30 às 15h TEMA DA AULA: PRESTADORES DE SERVIÇOS Docente: Juiz Diego Ziemiecki</p>

<p>Tarde</p> <p>Das 13h30 às 16h</p> <p>Carga horária: 2h30min</p>	<p>Hora: 15h às 16h</p> <p>TEMA DA AULA: SAÚDE PRIVADA</p> <p>Docentes: Juíza Lucia Mothe Glioche</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: Brainstorm – avaliação do conhecimento prévio no início de cada tema, seguido por aula expositiva-dialogada com a participação ativa dos alunos e a resolução de casos concretos referentes aos assuntos abordados no âmbito das decisões tomadas no fluxo dos núcleos de justiça 4.0.</p> <p>A avaliação será processual e contínua a partir da observação da participação do(a) aluno(a) nos momentos dialógicos das aulas e da atuação nas atividades práticas e reflexivas realizadas.</p>
<p>Dia: 02/03</p> <p>Manhã</p> <p>Hora: das 9h às 12h30.</p> <p>Carga horária: 3 horas</p>	<p>Conteúdo programático: Os Núcleos de Justiça 4.0 e a Secretaria-Geral de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. 2º e 11º Núcleos 4.0 – Instituições Bancárias</p> <p>Hora: das 09 às 11:00h.</p> <p>TEMA DA AULA: Os Núcleos de Justiça 4.0 e a Secretaria-Geral de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Docente: Daniel de Lima Haab</p> <p>Hora: das 11:00 às 12:30h.</p> <p>TEMA DA AULA: 2º E 11º NÚCLEOS 4.0 – INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS</p> <p>Docente: Juiz Leonardo de Castro Gomes</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: Brainstorm – avaliação do conhecimento prévio no início de cada tema, seguido por aula expositiva-dialogada com a participação ativa dos alunos e a resolução de casos concretos referentes aos assuntos abordados no âmbito das decisões tomadas no fluxo dos núcleos de justiça 4.0.</p> <p>A avaliação será processual e contínua a partir da observação da participação do(a) aluno(a) nos momentos dialógicos das aulas e da atuação nas atividades práticas e reflexivas realizadas.</p>
<p>Dia: 02/03</p> <p>Tarde</p>	<p>Conteúdo programático: 1º. Núcleo 4.0 - Saúde Pública. Análise dos casos mais recorrentes; estudo de caso concreto; Tema 1234; atuação do NAT. Núcleo 4.0 - Juizado Especial da Fazenda Pública. Análise dos casos mais recorrentes; estudo de caso concreto; estudo da legislação especial pertinente.</p> <p>Hora: das 13:30 às 15:00h.</p> <p>TEMA DA AULA: 1º NÚCLEO 4.0 – SAÚDE PÚBLICA</p> <p>Docente: Juíza Maria Izabel Gomes Sant’Anna de Araújo</p>

<p>Hora: 13h às 16h30</p> <p>Carga horária: 3 horas</p>	<p>Dia 02/03 Hora: das 15:00 ÀS 16:30h.</p> <p>TEMA DA AULA: 5º NÚCLEO 4.0 – JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA</p> <p>Docente: Juiz Wladimir Hungria</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: Brainstorm – avaliação do conhecimento prévio no início de cada tema, seguido por aula expositiva-dialogada com a participação ativa dos alunos e a resolução de casos concretos referentes aos assuntos abordados no âmbito das decisões tomadas no fluxo dos núcleos de justiça 4.0.</p> <p>A avaliação será processual e contínua a partir da observação da participação do(a) aluno(a) nos momentos dialógicos das aulas e da atuação nas atividades práticas e reflexivas realizadas.</p>
<p>Material no AVA</p>	<p>Material no AVA</p> <p>Leitura obrigatória:</p> <p>Resolução 385/2021 do CNJ - Dispõe sobre a criação dos “Núcleos de Justiça 4.0” e dá outras providências.</p> <p>Leituras complementares:</p> <p>Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)</p> <p>Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006</p> <p>Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021</p> <p>Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020</p> <p>Resolução nº 372, de 12 de fevereiro de 2021</p> <p>Resolução nº 227, de 15 de junho de 2016</p> <p>Resolução nº 184, de 6 de dezembro de 2013</p>
<p>Módulo de Avaliação final</p> <p>Período: 03/03 a 06/03</p>	<p>Registro Reflexivo como instrumento de autoavaliação para verificação das competências adquiridas e de suas aplicabilidades na atuação dos/as magistrados/as.</p> <p>Avaliação das aulas</p> <p>Avaliação de Reação</p>

AVALIAÇÃO	Presença participativa: 50 pontos Atuação nas atividades em aula: 50 pontos
CERTIFICAÇÃO	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os(as) alunos(as) receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma do Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Ambientação; Programação do curso; Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas. Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS(AS) DOCENTES:** Faz parte das responsabilidades dos(as) docentes mediar os debates realizados nas aulas (conforme explicitadas no plano de curso), esclarecer as dúvidas e dar feedback contínuo, avaliar a participação e as atividades realizadas pelos(as) alunos(as) de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação na sala de aula.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS(AS) ALUNOS(AS):** Os(as) alunos(as) deverão participar de todas as atividades descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir as atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nas aulas nos momentos dialógicos e nas atividades práticas. Ao final do curso será disponibilizado, no ambiente virtual de aprendizagem, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de avaliação das aulas e de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação

dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.

6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser realizada no portal de magistrados durante o período de inscrições ou comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br.